

Transmissora Sul
Litorânea de
Energia S.A. - TSLE

**Demonstrações financeiras
intermediárias
31 de março de 2018**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A. - TSLE
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A. - TSLE (“Companhia”), em 31 de março de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).

Ênfase

Adoção dos novos normativos contábeis aplicáveis no Brasil

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, em relação a classificação do ativo financeiro de transmissão nos montantes de R\$111.907 mil (R\$97.704 mil em 31 de dezembro de 2017) e R\$829.914 mil (R\$846.658 mil em 31 de dezembro de 2017), respectivamente no ativo circulante e não circulante, a avaliação inicial da Companhia resultou na mensuração ao custo amortizado, em função da adoção do pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Companhia aguarda uma definição dos órgãos reguladores sobre o assunto para que possa mensurar os eventuais impactos sobre suas demonstrações financeiras, caso sua interpretação inicial de mensuração desses ativos pelo custo amortizado não seja entendida como apropriada. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Florianópolis, 05 de julho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. -TSLE

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.037	6.723	Fornecedores e empreiteiros	10	6.021	12.090
Concessionários e Permissionários	6	12.557	11.069	Empréstimos e Financiamentos	11	32.985	39.124
Impostos a recuperar	7	440	1.645	Debentures	11	2.714	2.714
Estoques		9.860	9.860	Folha de pagamento		86	109
Despesas antecipadas		61	61	Impostos e contribuições a recolher		1.300	1.712
Ativo financeiro de concessão	8	111.907	97.704	Taxas regulamentares	12	2.540	3.283
Outros		<u>1.405</u>	<u>861</u>	Provisões contratuais	10	16.787	16.981
Total do ativo circulante		<u>159.267</u>	<u>127.923</u>	Dividendos a Pagar		2.715	2.715
				Outros		<u>197</u>	<u>71</u>
				Total do passivo circulante		<u>65.345</u>	<u>78.799</u>
Ativo financeiro de concessão	8	829.914	846.658	Empréstimos e Financiamentos	11	398.557	397.759
Cauções e depósitos vinculados	9	21.893	41.416	Debentures	11	131.072	130.806
Impostos a recuperar	7	705	3	Impostos diferidos	13	<u>23.145</u>	<u>22.968</u>
Despesas antecipadas		584	599	Total do passivo não circulante		<u>552.774</u>	<u>551.533</u>
Imobilizado		<u>2.283</u>	<u>2.309</u>	Patrimônio líquido	14		
Total do ativo não circulante		<u>855.379</u>	<u>890.985</u>	Capital social		379.861	379.861
				Reserva de capital		8.715	8.715
				Lucros do período		<u>7.951</u>	<u>-</u>
Total do Ativo		<u><u>1.014.646</u></u>	<u><u>1.018.908</u></u>	Total do patrimônio líquido		<u>396.527</u>	<u>388.576</u>
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u><u>1.014.646</u></u>	<u><u>1.018.908</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. -TSLE

Demonstração de resultados

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receita operacional líquida	15	23.826	24.570
Custo de construção		(3.037)	(1.336)
Custo de operação	16	<u>(2.872)</u>	<u>(1.693)</u>
Lucro bruto		<u>17.917</u>	<u>21.541</u>
Despesas administrativas	17	<u>(749)</u>	<u>(1.291)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		<u>17.168</u>	<u>20.250</u>
Receita financeira		693	2.473
Despesa financeira		<u>(9.733)</u>	<u>(32.023)</u>
Resultados financeiros líquidos	18	<u>(9.040)</u>	<u>(29.550)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>8.128</u>	<u>(9.300)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>(177)</u>	<u>(1.823)</u>
Resultado do período		<u><u>7.951</u></u>	<u><u>(11.123)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Resultado do período	<u>7.951</u>	<u>(11.123)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>7.951</u></u>	<u><u>(11.123)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	A destinar		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>280.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.942)</u>	<u>275.058</u>
Aumento de capital social	99.861	-	-	-	99.861
Resultado do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.123)</u>	<u>(11.123)</u>
Saldos em 31 de março 2017	<u><u>379.861</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(16.065)</u></u>	<u><u>363.796</u></u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>379.861</u>	<u>572</u>	<u>8.143</u>	<u>-</u>	<u>388.576</u>
Resultado do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.951</u>	<u>7.951</u>
Saldos em 31 de março 2018	<u><u>379.861</u></u>	<u><u>572</u></u>	<u><u>8.143</u></u>	<u><u>7.951</u></u>	<u><u>396.527</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. -TSLE

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		8.128	(9.300)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais			
Receita financeira	8	(22.399)	(23.844)
Receita de O & M	8	(2.544)	(3.178)
Amortização ativo financeiro	8	30.521	28.625
Depreciação		26	26
Custos de Captação Apropriados		266	267
Juros sobre debêntures		-	10.722
Juros sobre empréstimos		9.395	4.847
		<u>23.393</u>	<u>8.165</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Concessionárias e Permissionárias		(1.488)	(205)
Despesas antecipadas		15	14
Impostos a recuperar		503	382
Estoques		-	(1.065)
Outros		(544)	-
		<u>(1.514)</u>	<u>(874)</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores e Empreiteiros		(6.263)	(5.445)
Impostos e Contribuições		(412)	(39)
Taxas regulamentares		(743)	143
Folha de pagamento		(23)	(8)
Outros		126	(307)
		<u>(7.315)</u>	<u>(5.656)</u>
Caixa proveniente das (usados nas) atividades operacionais			
		14.564	1.635
Juros sobre financiamentos pagos		<u>(8.597)</u>	<u>(9.172)</u>
Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades operacionais			
		5.967	(7.537)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao ativo financeiro - Concessão		<u>(3.037)</u>	<u>(1.336)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento			
		(3.037)	(1.336)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de Debentures		-	151.282
Pagamento dos custos de captação		-	(14.905)
Captação de empréstimos e Financiamentos		-	1.860
Cauções e depósitos vinculados		19.523	(8.099)
Devolução Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(71.500)
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		<u>(6.139)</u>	<u>(6.900)</u>
Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento			
		<u>13.384</u>	<u>51.738</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		16.314	42.865
		<u>6.723</u>	<u>6.208</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período			
		<u><u>23.037</u></u>	<u><u>49.073</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. ("Companhia"), constituída em 10 de julho de 2012, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos empreendimentos mencionados na Nota 2. As instalações incluem os serviços de apoio e administrativos, os equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no contrato de concessão no 020/2012, na legislação e regulamentos aplicáveis.

Os recursos necessários para a construção da linha de transmissão foram obtidos, através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros.

2 Concessões

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2012 - ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo; CS, 281 km;
- LT 525 kV Povo Novo - Marmeleiro; CS, 154 km; sendo os 15 km dentro da Estação Ecológica do Taim em CD;
- LT 525 kV Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar; CS, 52 km;
- SE Nova Santa Rita 525 kV;
- SE Povo Novo 525/230 kV - 672 MVA;
- SE Marmeleiro 525 kV, com compensador síncrono de +- 200MVAr;
- SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kV - 75MVA;
- Em 19/11/2014, foi emitida pela ANEEL a Resolução Autorizativa de nº 4.916, autorizando a TSLE a implantar reforços nas instalações de transmissão, especificamente na SE Povo Novo. A RAP anual para este projeto é de R\$5.239 e o prazo para entrada em operação comercial é de 24 meses. Iniciou-se as operações comerciais destas instalações em janeiro de 2018.

3 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As presentes demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 05 de julho de 2018.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Sumário das principais práticas contábeis

Com exceção ao descrito abaixo, as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a preparação de suas demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2018 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As mudanças nas políticas contábeis também devem ser refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes (vide “a”) e o CPC 48 Instrumentos Financeiros (vide “b”) a partir de 1º de janeiro de 2018.

a. Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas, o CPC 17 / IAS 11 Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

Não houve impactos da adoção do CPC 47 na Demonstração do Resultado relativa ao primeiro trimestre de 2018.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 tenha impacto significativo sobre essas receitas em suas demonstrações financeiras futuras.

b. Pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração

De acordo com o CPC 48, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e Valor justo por meio do resultado (VJR). Foram eliminadas as categorias existentes no CPC 38 mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, mensurados pelo valor justo por meio de resultado e disponíveis para venda.

Tal classificação geralmente é baseada em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) se os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto (Solely payments of principal and interest - SPPI).

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros: As alterações trazidas pelo CPC 48 não modificaram os critérios de classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	6.723
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	41.416
Concessionárias e Permissonárias	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	11.069
Ativo financeiro amortizável pela RAP (circulante)	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	97.704
Ativo financeiro amortizável pela RAP (não circulante)	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	671.259
Ativo financeiro indenizável (não circulante)	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	<u>175.399</u>
			<u>1.003.570</u>
Passivos financeiros (Circulante e não circulante)			
Fornecedores e empreiteiros	Outros passivos	Custo Amortizado	(12.090)
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo Amortizado	<u>(436.883)</u>
			<u>(448.973)</u>

A Companhia interpretou, com base no CPC 48, que os valores registrados na rubrica Ativo financeiro de concessão, ativo circulante e ativo não circulante, cujo saldo em 31 de março de 2018 nas demonstrações financeiras intermediárias são de R\$111.907 e R\$829.914, respectivamente, devem ser mensurados pelo custo amortizado, contudo a Companhia aguarda uma definição final dos órgãos regulatórios do setor de energia elétrica e contábil quanto a classificação.

A Companhia interpretou inicialmente tais ativos como mensuráveis ao custo amortizado de

acordo com o CPC 48. Entretanto, dependendo da conclusão técnica contábil final em relação ao assunto, a avaliação inicial da Companhia em relação a classificação desses ativos financeiros como custo amortizado poderá sofrer alteração, desde 01 de janeiro de 2018.

A Companhia não dispõe, no momento, de uma mensuração detalhada dos impactos que poderiam afetar suas demonstrações financeiras trimestrais para o período findo em 31 de março de 2018, caso sua interpretação inicial de mensuração desses ativos pelo custo amortizado não seja entendida como apropriada e, por conseguinte, tenha que efetuar a mensuração ao valor justo por meio do resultado desde 01 de janeiro de 2018.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Caixas e depósitos bancários à vista	18.515	7
Aplicações financeiras	4.522	6.716
	23.037	6.723

As Aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e consistem em investimentos de baixo risco, possuindo liquidez diária e com rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), cujos rendimentos são de 100% do CDI.

6 Concessionários e permissionários

Referem-se a valores a receber de concessionárias e permissionárias relativas ao serviço de transmissão de energia elétrica e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ou diretamente pela Companhia. Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7 Impostos a recuperar

	31/03/2018	31/12/2017
IRRF sobre aplicações financeiras	196	1.172
IRRF sobre faturamento	67	292
CSLL sobre faturamento	38	181
Saldo negativo IRPJ	520	-
Saldo negativo CSLL	185	-
Outros	1	3
	1.145	1.648
Circulante	440	1.645
Não circulante	705	3

8 Ativo financeiro

A Companhia possui um Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2012- ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), onde foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos.

Em 31 de março de 2018 a Companhia possui R\$171.471 (R\$ 175.399 em 31 de dezembro de 2017) como contas a receber do poder concedente, referentes ao montante indenizável ao final da concessão. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial. Como esse valor será indenizável apenas em 2042, o montante está registrado no ativo não circulante.

A Companhia possui também o ativo financeiro amortizável pela Receita Anual Permitida (RAP), que é atualizado pela receita financeira, e amortizado pela receita definida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), dos usuários do sistema, descontada da receita de operação e manutenção. Este montante está segregado entre ativo circulante e ativo não circulante. Em 31 de março de 2018, o saldo do circulante é R\$ 111.907 e, não circulante, R\$ 658.443 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 97.704 no circulante e R\$ 671.259 no não circulante).

Ativo financeiro	31/03/2018	31/12/2017
Ativo financeiro amortizável - RAP	111.907	97.704
Total circulante	<u>111.907</u>	<u>97.704</u>
Ativo financeiro amortizável - RAP	658.443	671.259
Ativo financeiro indenizável	171.471	175.399
Total não circulante	<u>829.914</u>	<u>846.658</u>
Total	<u><u>941.821</u></u>	<u><u>944.362</u></u>

Abaixo é apresentada a movimentação do ativo financeiro:

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial do ativo financeiro	944.362	926.798
(+) Receita de construção (Nota 16)	3.037	24.589
(+) Receita dos serviços de O & M (Nota 16)	2.544	13.395
(+) Receita com ativo financeiro (Nota 16)	22.399	92.686
(-) Amortização - Receita anual permitida (RAP)	<u>(30.521)</u>	<u>(113.106)</u>
Saldo do ativo financeiro	<u><u>941.821</u></u>	<u><u>944.362</u></u>

Impairment

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2017, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment. Como a Companhia possui somente uma única concessão (nº 020/2012-ANEEL), foi considerado o teste para uma unidade geradora de caixa - UGC.

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Principais premissas adotadas

	31/12/2017
Taxa de desconto para o fluxo de caixa - Transmissão	5,85 pós-tax
Preço da receita anual permitida projetada	De acordo com a resolução homologatória emitida pela ANEEL.
PIS e Cofins	9,25% sobre a receita bruta
Pesquisa e desenvolvimento	1% da ROL
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita anual permitida
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das concessões e/ou autorizações

Na avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2017 não foi identificado provisão de impairment a ser constituída.

9 Cauções e depósitos vinculados

Em 31 de março de 2018, a Companhia possui o valor de R\$ 21.893, (R\$ 41.416 em 31 de dezembro 2017) referente a aplicações em Fundos de Investimento do Bradesco S.A. (FIC FI REF DI Federal), com carteira formada por títulos de renda fixa públicos federais e rentabilidade atrelada à variação do CDI.

A aplicação possui finalidade de constituir Conta Reserva para troca das garantias atuais das obrigações dos contratos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES.

10 Fornecedores e empreiteiros

	31/03/2018	31/12/2017
Materiais	4.652	9.985
Serviços	1.369	2.105
Provisões contratuais	<u>16.787</u>	<u>16.981</u>
	<u>22.808</u>	<u>29.071</u>
Fornecedores e empreiteiros	6.021	12.090
Provisões contratuais	16.787	16.981

O saldo de fornecedores é relativo ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos usados na construção das linhas de transmissão. Os valores são reconhecidos quando ocorrem as respectivas medições e aceites de cada fase da obra, obedecendo ao cronograma físico/econômico, determinado em contrato com o empreiteiro. As medições/ aceites são os instrumentos usados para reconhecer a obrigação e o respectivo ativo. Esses valores permanecem nessa conta até que os respectivos documentos fiscais sejam recebidos e os pagamentos sejam autorizados e realizados.

11 Empréstimos e financiamentos

	31/03/2018	31/12/2017
Empréstimo ponte - Cessão de crédito (a)	32.985	39.124
Debentures (b)	2.714	2.714
Total circulante	35.699	41.838
Empréstimos e financiamentos BNDES (a)	398.557	397.759
Debentures (b)	131.072	130.806
Total não circulante	529.629	528.565

a. BNDES

Subcrédito	A	B
Valor total do crédito (R\$)	420.180.307	71.677.817
Sistema de Amortização	165 parcelas	165 parcelas
Taxa de juros final	TJLP + 2,28% a.a.	TJLP +1,88% a.a.
Data da 1º amortização	15 de junho de 2015	

A Companhia utiliza recursos de empréstimos e financiamentos para financiar a implantação de seus empreendimentos. Em 31 de março de 2018 a Companhia possui contabilizados os montantes de R\$32.985 e R\$398.557 no passivo circulante e não circulante, respectivamente, referente ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Convenants e garantias

O financiamento com o BNDES tem como garantia a totalidade das ações da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária e três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual a superior a 1,2 vezes. Os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2017;

- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.

b. Debêntures

Data de emissão	Data da liberação	Data Vencimento	Quantidade de títulos	Valor unitário	Encargos financeiros	Amortização
15/12/2016	12/01/2017	15/12/2030	150.000	1.000	IPCA + 7,5651% a.a.	Semestral

A Companhia possui registrado no passivo circulante o montante de R\$2.714 referente a R\$ 3.779 de principal e R\$(1.065) de custos de captação. No passivo não circulante possui registrado o montante de R\$131.072 referente a R\$147.668 de principal e R\$ (16.596) de custos de captação.

A Companhia constituiu a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, em serie única, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM 476, de 16 de janeiro e 2009 e das demais disposições legais e regulamentares.

As debêntures são escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados pelo agente Fiduciário Pentágono S.A.

Os recursos captados serão integralmente destinados as obras Nova Santa Rita - Povo Novo - Marmeleiro - Santa Vitoria, em 525 KV, e das subestações do Povo Novo, Marmeleiro e Santa Vitoria do Palmar, e aquisição de maquinas e equipamentos.

Convenants e garantias

Como garantia à primeira emissão das debêntures, os acionistas darão, em caráter irrevogável, penhor de ações em favor do agente Fiduciário, caução de direitos creditórios decorrentes da receita de prestação de serviços de transmissão e direito de receber valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo poder concedente à companhia, nos termos do contrato de concessão. A companhia manterá os direitos creditórios de contas vinculadas, conta centralizadora, conta reserva do BNDES, conta de pagamento das debentures e conta reserva das debentures.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017. Será caracterizado como vencimento antecipado nos casos de não atingimento por 3 (três) anos seguidos ou 4 (quatro) anos intercalares. Os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2017;
- Constituir conta Reserva das Debêntures, que deverá conter a todo momento saldo mínimo equivalente ao somatório da parcela vincenda da Amortização do Valor Nominal Unitário

Atualizado e dos Juros Remuneratórios;

- Constituir conta de Pagamento de Debêntures, que deverá ser preenchida ao longo do período dos 6 (seis) meses anteriores a cada Data de Pagamento de Juros Remuneratórios ou Data de Amortização, com parcelas mensais equivalentes a 1/6 (um sexto) do somatório da parcela vincenda da Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios imediatamente subsequente de forma que a Conta de Pagamento das Debêntures esteja integralmente preenchida no dia imediatamente anterior à data do vencimento de cada prestação da parcela do valor de Juros Remuneratórios e/ou Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado.

12 Taxas regulamentares

	31/03/2018	31/12/2017
Reserva global de reversão (RGR)	1.835	1.835
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	303	1.045
Taxa de fiscalização - ANEEL	402	403
	<u>2.540</u>	<u>3.282</u>

Refere-se a encargos do setor elétrico brasileiro pagos pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica.

- **Reserva Global de Reversão - RGR** - É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.
- **Pesquisa e Desenvolvimento - P&D** - A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, determina que as empresas transmissoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Receita Operacional Líquida - ROL, em programas de Pesquisa e Desenvolvimento, sendo, 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulados pela ANEEL e 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia - MME.
- **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)** - Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

13 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para

determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Imposto de renda e contribuição social
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.968
(+) Imposto diferido constituído	177
Saldo em 31 de março de 2018	23.145

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2018 o capital autorizado é de R\$ 450.000 (idem em 31 de dezembro de 2017), e o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 379.861 (idem em 31 de dezembro de 2017), o qual é representado por 379.861.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/03/2018 e 31/12/2017		
	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Acionistas			
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	193.729.000	51	193.729
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	186.132.000	49	186.132
	379.861.000	100	379.861

b. Reserva Legal

Em conformidade com o Estatuto Social e a Lei nº 6.404/76, a Companhia constitui uma reserva com o total de 5% sobre o lucro líquido apurado no exercício, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de lucros a destinar

Refere-se à parcela do lucro do exercício de 2017 excedente ao dividendo mínimo obrigatório à disposição da Assembleia.

15 Receita operacional líquida

A conciliação entre receita operacional bruta e a receita operacional líquida em atendimento ao CPC 30 (R1) - Receitas é apresentada abaixo:

	31/03/2018	31/03/2017
Receita de serviços de O & M	2.544	3.178
Receita com ativo financeiro	22.399	23.844
Receita de construção	3.037	1.336
	<u>27.980</u>	<u>28.358</u>
Receita Operacional Bruta		
	<u>(4.154)</u>	<u>(3.788)</u>
Dedução da receita bruta		
Receita Operacional líquida	<u>23.826</u>	<u>24.570</u>

16 Custos de operação

	31/03/2018	31/03/2017
Serviços de terceiros	(2.862)	(1.679)
Associação ONS	(10)	(14)
	<u>(2.872)</u>	<u>(1.693)</u>

17 Despesas administrativas

	31/03/2018	31/03/2017
Honorários	(240)	(198)
Serviços de terceiros	(477)	(1.060)
Materiais	(5)	(5)
Depreciação	(26)	(26)
Outros	(1)	(2)
	<u>(749)</u>	<u>(1.291)</u>

18 Resultado financeiro líquido

	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	688	2.356
Outros	5	117
	693	2.473
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	(9.676)	(13.559)
Encargos financeiros	-	(14.632)
Encargos Selic	-	(422)
Variação monetária	(7)	(2.523)
Juros de mora	(13)	(555)
Outros	(37)	(332)
	(9.733)	(32.023)
Resultado financeiro líquido	(9.040)	(29.550)

19 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a diretoria executiva, durante o período findo em 31 de março de 2018, foi de R\$ 240 (R\$ 935 em 31 de dezembro de 2017).

b. Transações e saldos

A acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A, parte relacionada, possui os seguintes contratos com a TSLE:

- (i) Contrato de Prestação de Serviços de O & M: Valor de R\$ 66 mensais. Com vigência de 4 anos a partir da entrada em operação comercial.
- (ii) Contrato de Compartilhamento de Instalações - SE NOVA SANTA RITA 525 Kv: Valor de R\$ 1.059 a título de ressarcimento de custos de análise de projetos, atualização de estudos, fornecimento de documentos técnicos, fiscalização da obra, acompanhamento da obra e comissionamento das instalações. E ainda, a quantia de R\$ 2, a título de ressarcimento de custos de manutenção e conservação.

20 Contingências

A Companhia não possui contra si litígios trabalhistas, cíveis ou tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis ou possíveis de perda, portanto em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 nenhuma provisão e ou divulgação é requerida.

21 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras.

Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	31/03/2018	31/12/2017
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	23.037	6.723
Cauções e depósitos vinculados	21.893	41.416
Concessionárias e Permissonárias	12.557	11.069
Ativo financeiro amortizável pela RAP (circulante)	111.907	97.704
Ativo financeiro amortizável pela RAP (não circulante)	658.443	671.259
Ativo financeiro indenizável	171.471	175.399
	999.308	1.003.570
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores e empreiteiros	(6.021)	(12.090)
Empréstimos e financiamentos	(431.542)	(436.883)
	(437.563)	(448.973)

b. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

(i) *Operações ativas*

As operações da Companhia são indexadas a taxas prefixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

(ii) *Operações passivas*

A Companhia está sujeita ao risco de juros nos empréstimos pós-fixados indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 31 de Março de 2018, a Companhia possuía R\$ 431.542 como sua dívida total indexada em TJLP. Dessa forma, eventual valorização desse indexador poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

A companhia para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros com taxas de juros pós-fixadas.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE
Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2018

Índices Risco	Saldo	Exposição	Redução despesa financeira - 12 meses		Aumento despesa Financeira - 12 meses			
			Cenário					
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	
Ativo								
Aplicações financeiras	23.037	CDI	9,53%	1.098	1.647	2.195	2.744	3.293
Cauções e depósitos vinculados	21.893	CDI	9,53%	1.043	1.565	2.086	2.608	3.130
Passivo								
Empréstimos e Financiamentos	431.542	TJLP	6,75%	14.565	21.847	29.129	36.411	43.694
Financiamento debêntures	133.786	IPCA	2,84%	1.900	2.850	3.800	4.749	5.699